

Concessionária Linha Universidade S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	5
Balanço patrimonial.....	9 - 10
Demonstrações do resultado.....	11
Demonstrações do resultado abrangente.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	15-46

Relatório da Administração

Contexto Operacional e de continuidade

A Administração buscando dar transparência as informações apresentadas aos leitores das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, e sobre as principais ações no contexto do início das atividades a partir dos acordos firmados e do aditivo contratual da concessão Linha 6 - Laranja do Metro de São Paulo, traz uma prévia análise sobre o cenário trazido em 2020 com a pandemia de Covid-19, as dificuldades e os riscos de continuidade operacional, além disso busca apresentar as ações estratégicas que a Companhia tem implantado para mitigar tais riscos.

O contrato de concessão encontra-se na Fase I de implantação das estações, terminais e sistemas, o financiamento dessas atividades possui como fontes de recursos:

- **Durante do ano de 2020** - Aporte de recurso próprios via Acionistas no valor total de R\$ 138.450 (Cento e Trinta e oito Milhões, Quatrocentos e Cinquenta mil Reais); - Empréstimo Ponte com a emissão de Debêntures que totalizaram R\$ 1.000.000 (um bilhão de Reais), tendo as liberações em outubro, dezembro/2020 que totalizaram R\$ 880.000;
- **Fevereiro de 2021** - Empréstimo Ponte com a emissão de Debêntures liberação em fevereiro de 2021 no valor total de R\$ 120.000;
- **Abril de 2021** - Novo empréstimo através da emissão de novas de Debêntures que totalizará R\$ 450.000 (Quatrocentos e Cinquenta milhões de Reais);
- **Período entre 2020 a 2025** - Aportes de Recursos via Poder Concedente no valor de R\$ 4.469.400 (Quatro bilhões e quatrocentos e sessenta e nove milhões e quatrocentos mil Reais) previstos contratualmente (clausula 27.1);

Adicionalmente, destacamos abaixo alguns pontos sob os quais julgamos relevantes para demonstração da capacidade de continuidade operacional da Concessionária:

A Concessionária tem cumprido com suas obrigações contratuais perante o Poder Concedente evitando qualquer tipo de penalidade contratual;

A Concessionária vem avançando com as tratativas negociais com o BNDES para obtenção do financiamento de longo prazo;

Foram contratados e estão vigentes apólice de seguros nas modalidades de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil em valores adequados aos investimentos do empreendimento;

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

A Concessionária obteve em 20 de janeiro de 2021 a ratificação da análise com a alterações do nome do beneficiário da Licença Ambiental de Instalação nº 2329 expedida pela CETESB anteriormente em 27/11/2014 emitida em nome da Move SP e agora emitida em favor da Linha Uni, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Governo do Estado de São Paulo.

As operações da Empresa não foram afetadas significativamente pela pandemia do COVID-19.

Tendo em vista o atual cenário descrito acima, a Administração avalia que a Empresa tem total capacidade de dar continuidade à sua operação nos próximos anos.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária Linha Universidade S.A.**
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Linha Universidade S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento dos ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.9; 3.3 e 6 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui registrados ativos financeiros em razão do direito contratual de receber caixa pelos serviços de construção da linha 6 do metro de São Paulo, conforme previsto no contrato de concessão. Esses ativos são atualizados monetariamente e ajustados pela movimentação dos bens que integram a infraestrutura da concessão. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contratos com clientes e Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão, a Companhia deve atender determinadas características no seu contrato de concessão para que os investimentos se qualifiquem para o reconhecimento no ativo financeiro, tais como ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A atualização do ativo financeiro envolve julgamento da Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da infraestrutura e; (ii) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício. Em decorrência do julgamento exercido na avaliação das características para reconhecimento e atualização do ativo financeiro de concessão, bem como pelo impacto que eventual alteração na referida avaliação pode ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: - avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados com o processo de análise e alocação dos gastos da concessão reconhecidos como ativo financeiro da concessão; - leitura e análise do contrato de concessão, seus aditivos, e demais contratos de assunção de dívidas relacionados ao contrato de concessão, com o objetivo de avaliar o atendimento aos requerimentos previstos no CPC 47 e ICPC 01(R1) para qualificação e reconhecimento como ativo financeiro; - inspeção documental referente às adições ocorridas durante o exercício para analisar se a natureza dos gastos é qualificável para o reconhecimento como ativo financeiro, de acordo com o contrato de concessão; - recálculo da atualização monetária incluída nos ativos financeiros; - avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que o reconhecimento dos ativos financeiros é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase – Fase I de implantação das estações, terminais e sistemas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1, que menciona que o contrato de concessão encontra-se na Fase I de implantação das estações, terminais e sistemas. Para a realização da referida Fase, a Companhia conta com recursos provenientes da emissão de debêntures e de aportes de seus acionistas e do poder concedente. As demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Não auditado)

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2020	(Não auditado) 2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	78.670	-
Adiantamento à Fornecedores		1.860	-
Outros Ativos	5	2.102	-
		82.632	-
NÃO CIRCULANTE			
Adiantamento à Fornecedores		7.440	-
Deposito em garantia		185	-
Ativo Financeiro	6	1.929.477	-
Imobilizado		4	-
Intangível		338	-
Direito de uso		2.862	-
		1.940.306	-
TOTAL DO ATIVO		2.022.938	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Não auditado)

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	2020	(Não auditado) 2019
CIRCULANTE			
Debêntures	8	886.712	-
Empréstimos	8	154.796	-
Obrigações contratuais	8	118.569	-
Fornecedores - terceiros	10	2.836	-
Fornecedores - partes relacionadas	9	1.444	-
Obrigações fiscais e tributárias	10	7.409	-
Provisões - Partes relacionadas	9	55.712	-
Outros valores a pagar	12	1.047	-
Dividendos a pagar	14	531	-
		1.229.056	-
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos	8	237.009	-
Obrigações contratuais	8	399.626	-
IRPJ e CSLL diferidos	7	5.640	-
Outros valores a pagar	12	2.511	-
		644.786	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	13	138.450	-
Reserva de Lucros	13	10.646	-
Total do Patrimônio Líquido		149.096	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.022.938	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (não auditado)

(Em milhares de R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>(Não auditado) 2019</u>
Receita líquida	14	1.929.478	-
Custos dos serviços prestados	14	(1.871.491)	-
		1.929.478	-
LUCRO BRUTO		57.987	-
DESPESAS OPERACIONAIS			
Serviços contratados – partes relacionadas	9	(4.694)	-
Serviços - terceiros	15	(6.609)	-
Pessoal		(1.350)	-
Tributárias		(707)	-
Administrativas		(137)	-
		(13.497)	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		44.490	-
Receitas Financeiras	16	497	-
Despesas Financeiras	16	(28.170)	-
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(27.673)	-
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS		16.817	-
IR e CS Diferidos	7	(5.640)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		11.177	-
Média Ponderada de ações		78.478	-
Resultado básico e diluído por ação R\$		0,14242	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (não auditado)

(Em milhares de R\$)

	2020	2019
<i>Lucro Líquido do exercício</i>	<u>11.177</u>	<u>-</u>
<i>Outros componentes do resultado abrangente do exercício</i>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>11.177</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeira.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (não auditado)
(Em milhares de R\$)

	Capital social Subscrito	Capital a integralizar	Reserva de Lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de Lucros		
Em 31 dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1	(1)				
Em 31 dezembro de 2019	1	(1)	-	-	-	-
Aumento capital social	519.999	(519.999)	-	-	-	-
Aporte de capital	-	138.450	-	-	-	138.450
Lucro líquido do exercício	-	-	-		11.177	11.177
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	559	10.087	(10.646)	-
Constituição dos dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(531)	(531)
Em 31 dezembro de 2020	520.000	(381.550)	559	10.087	-	149.096

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeira.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Não auditado)

(Em milhares de R\$)

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	11.177	-
Ajustes:		
IRPJ E CSLL Diferidos	5.640	-
Provisões de folha	231	-
Provisão de juros empréstimos	28.170	-
Receita do ativo financeiro	(44.487)	-
	<u>731</u>	<u>-</u>
(Aumento)/redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos		
Depósitos bancários Caução	(185)	-
Impostos a recuperar	(93)	-
Despesas antecipadas	(2.008)	-
Adiantamentos a Fornecedores	(9.300)	-
Outras contas a pagar	(1.655)	-
Fornecedores - Terceiros	(2.827)	-
Obrigações sociais e previdenciárias	(1.226)	-
Obrigações fiscais e tributárias	(6.738)	-
	<u>(24.032)</u>	<u>-</u>
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	<u>(24.032)</u>	<u>-</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(904.264)	-
Ativo Financeiro	(904.264)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	1.006.235	-
Integralização de capital	138.450	-
Empréstimos e Financiamentos	880.000	-
Capitalização do Empréstimos	(12.215)	-
	<u>101.971</u>	<u>-</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
	<u>101.971</u>	<u>-</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	78.670	-
	<u>78.670</u>	<u>-</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	-	-
No fim do exercício	78.670	-
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	78.670	-
	<u>78.670</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Concessionária Linha Universidade S.A. (“Linha Uni”; “Companhia”; “Concessionária” ou “Linha 6”), nos termos do estatuto social foi constituída sob forma jurídica SPE – Sociedade de Propósito Específico de capital fechado e tem como objeto social exclusivo a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação da Linha 6 – Laranja de metrô da cidade de São Paulo, possui sede localizada em São Paulo no bairro de Vila Olímpia.

A concessionária entrou em acordo com a empresa Move São Paulo cessionária da parceria público privada - PPA perante ao poder concedente, a Secretária de Transportes Metropolitanos (STM), para a transferência do contrato de concessão, ficando acordado que o Concessionária Linha Universidade S.A., sucedeu através do extrato de aditamento do contrato de concessão e seus termos e cláusulas, e a através dos instrumentos firmados da cessão das operações, realizou a compra de ativos, a confissão e assunção de dívidas e outras avenças, de ativos em garantia e o termo aditivo Nº 2 ao contrato de concessão patrocinada nº15/2013.

A opção pelo acordo de transferência da Concessão da Move São Paulo foi aceita pela Secretária Municipal de Transportes – (STM) , Move São Paulo e seus parceiros participantes do consorcio, em favor da Concessionaria Linha Universidade ocorreu em outubro de 2020.

O contrato de concessão encontra-se na Fase I de implantação das estações, terminais e sistemas, o financiamento dessas atividades possui como fontes de recursos:

- **Durante do ano de 2020** - Aporte de recurso próprios via Acionistas no valor total de R\$ 138.450 (Cento e Trinta e oito Milhões, Quatrocentos e Cinquenta mil Reais); - Empréstimo Ponte com a emissão de Debêntures que totalizaram R\$ 1.000.000 (um bilhão de Reais), tendo as liberações em outubro, dezembro/2020 que totalizaram R\$ 880.000;
- **Fevereiro de 2021** - Empréstimo Ponte com a emissão de Debêntures liberação em fevereiro de 2021 no valor total de R\$ 120.000;
- **Abril de 2021** - Novo empréstimo através da emissão de novas de Debêntures que totalizará R\$ 450.000 (Quatrocentos e Cinquenta milhões de Reais);

- **Período entre 2020 a 2025** - Aportes de Recursos via Poder Concedente no valor de R\$ 4.469.400 (Quatro bilhões e quatrocentos e sessenta e nove milhões e quatrocentos mil Reais) previstos contratualmente (clausula 27.1);

Projeto de implantação prevê terminais, extensão e integração das estações

Foi mantido o projeto de implantação das estações Brasilândia até São Joaquim com 15,3 km de extensão. A Linha 6 – Laranja de metrô de São Paulo, que se integrará ao sistema metro ferroviário da região metropolitana de São Paulo, abrangendo 15 estações enterradas, sendo estas as estações Brasilândia, Vila Cardoso, Itaberaba, João Paulo I, Freguesia do Ó, Santa Marina, Água Branca, SESC Pompéia, Perdizes, PUC-Cardoso de Almeida, Angélica/ Pacaembu, Higienópolis-Mackenzie, 14 Bis, Bela Vista e São Joaquim, incluindo um pátio de estacionamento e manutenção de trens, intitulado Pátio Morro Grande.

(a) Contrato de concessão patrocinada de serviços públicos de transporte de passageiros

A Companhia assumiu a responsabilidade da prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da linha 6 laranja do metrô de São Paulo e foi cedida pelo Poder Concedente pelo prazo de 28 anos de concessão, divididos entre a fase de construção e operação, prevendo 5 anos para construção e implantação das estações e os 23 anos de operação do sistema.

A vigência do contrato de concessão aconteceu com a emissão da carta de contratação / Extrato de aditamento assinado em 06/07/2020 e publicado no diário oficial em 08/07/2020, a partir do qual dá-se início a contagem do prazo previsto para início e término do contrato previsto para o ano de 2048.

O valor do contrato, correspondente ao valor presente das receitas tarifárias estimadas para todo o prazo da concessão que é de R\$ 15.663.061 com base na estimativa de outubro 2020. Haverá outras receitas complementares provenientes do funcionamento e da avaliação da eficiência das estações, receitas da exploração de publicidade e da cessão de espaços comerciais.

De acordo com o contrato esses valores se destinam à implantação da infraestrutura e a geração de receitas previstas no plano de negócio, não podendo ser utilizado por nenhuma das partes para pleitear recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e nem investimentos contingentes. A Companhia precisa obedecer aos prazos e as previsões do contrato aditivo estando obrigada a atuar de forma planejada

para operar a concessão em três fases progressivas, envolvendo as seguintes etapas e atividades:

Fase I – Execução da infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a adequada operação da Linha 6;

Fase II – Operação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6, com todas as suas estações, no trecho Brasilândia – São Joaquim; compreendendo a prestação de serviços relativos às funções de operação e manutenção da linha, com o funcionamento das estações, dos terminais de integração intermodal, do centro de controle operacional, do controle do acesso de passageiros e da validação de créditos de viagem, incluindo segurança operacional, pessoal e patrimonial em parâmetros compatíveis com a demanda.

Fase III – Expansão dos serviços de transporte concedido, condicionada à superveniência de decisão motivada do Poder Concedente, no trecho compreendido entre Brasilândia – Bandeirantes, contemplando a operação e a manutenção do trecho, podendo incluir obras civis, instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante. A participação da Concessionária na operação e manutenção dos serviços da Fase III é obrigatória, e a execução das obras civis da expansão, bem como instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante fica condicionada à sua expressa aceitação. A execução de expansão da Linha 6, Fase III, será objeto de Termo Aditivo ao Contrato, devendo sua remuneração ser mensurada pela utilização do método do Fluxo de Caixa Marginal, conforme descrito na Cláusula Vigésima Segunda.

Contrato de construção tipo EPC de implantação das Estações

A concessionária visando a fase I do projeto de construção e obras de implantação com previsão de término para cinco anos contratou a empresa espanhola Acciona Construcción, que se tornou responsável em realizar as obras civis da linha Laranja de metrô de São Paulo.

(b) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – Reidi.

A companhia obteve junto aos órgãos reguladores e fiscalizados de tributos da Receita Federal do Brasil, o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, firmado pela publicação das Portarias do Ministério das Cidades nº 504/2014 e do Ato Declaratório Executivo da Receita

Federal nº 171 de 6 de Outubro de 2020 publicada no DOU de 17/06/2020. O benefício foi concedido a obra de infraestrutura e consiste em suspensão dos valores de PIS e COFINS incidentes sobre as contratações destinadas para obra.

(c) Regime Especial Convênio ICMS de Incentivos - ICMS para implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo:

A Companhia teve o credenciamento no Regime Especial de ICMS publicado na Portaria CAT 03/2013 da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, conforme comunicado DEAT – processo eletrônico de Regime Especial nº 091092/2020 de Número 1630/2020, em 06 de outubro de 2020. As pessoas jurídicas beneficiárias do Convênio ICMS estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e materiais para a aplicação na Linha 6 Laranja do Metro de São Paulo, sem a incidência do Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços – ICMS.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da companhia autorizou em 01 de abril de 2021 a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O

custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis exigidas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma, e que é a moeda funcional da companhia, a sua moeda de apresentação. Não há saldos ou operações com moedas estrangeiras.

2.3. Ajuste ao valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigentes a partir de 2020 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Receitas de contratos com clientes

A Concessionária segundo a norma o ICPC 01, presta serviços de exploração de serviços públicos de transporte metroviários, e conforme definido no contrato de concessão está na fase I de construção e implantação de sistema para a Linha 6 Laranja do Metro de São Paulo, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 2020. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 desta nota. As receitas metroviárias, são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência.

A Concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, reconhece em seus registros o custo de construção em contrapartida dos fornecedores contratados e o a receita de construção relativos ao registro do ativo financeiro, e os valores registrados são determinados em função do estágio de evolução dos trabalhos realizados.

2.7. Instrumentos financeiros

A Concessionária adotou inicialmente uma taxa de remuneração esperado para o ativo financeiro, sobre os valores da classificação e da mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado, ou pelo valor justo.

O modelo financeiro de negócios, projeta a taxa esperada de atualização do ativo financeiro durante o período contratual da concessão dos serviços públicos, onde o ativo financeiro é mantido a fim de receber fluxos de caixas futuros, de acordo cláusulas contratuais do acordo firmado, com as datas e previsões que servirá para remunerar os investimento no projeto.

Para avaliação dos fluxos de caixa contratuais que tem como composição somente pagamento de principal e juros, e onde o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no seu reconhecimento.

(a) Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Não existem operações classificáveis como disponíveis para venda.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são também mensurados ao valor justo, sendo os ganhos ou as perdas apresentadas na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação.

Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

ii. Custo amortizado

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais

iii. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.

(b) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros encontrados e apresentados pelo valor líquido que é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(c) Valor justo e perda por *impairment*: Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2020, não foi identificado perda por desvalorização sobre os ativos financeiros e não financeiros a ser reconhecido.

(d) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*: Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía contrato ou operou com instrumentos derivativos. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*Hedge Accounting*).

2.8. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

2.9. Ativo financeiro

(a) Valores dos contratos de cessão dos direitos e assunção de dívidas e obrigações da concessão, as contratações de serviços especializados no Brasil e no exterior para prestar assessoramento no estudo de modelos e de levantamento de financiamentos para viabilidade do projeto nos assuntos que tange a construção do projeto e nas formalizações legais e contratuais.

Registrado ao custo de aquisição de acordo com o instrumento de cessão de direitos, refere-se ao Projeto de implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo para construção dos terminais e das estações do metrô, o termo aditivo do contrato de concessão, determinado o custeio e ressarcimento de tais estudos no contrato de concessão através do recebimento das receitas tarifárias e demais receitas advindas da operação do sistema.

(b) Concessão: Refere-se a direito de atuar durante as três fase previstas no ativo contratual assinado em 02/10/2020, sendo a fase I construção e implantação dos sistemas, fase II e III a operação do sistema metroviário de São Paulo, manutenção e expansão especificamente a Linha 6 Laranja do metrô, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo pelo período de 28 anos.

2.10. Ativo Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção de um bem ou conjunto de bens. Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação a partir de sua operação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui o desembolso para sua aquisição e todos outros gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação dos itens relacionados à administração da implantação da linha é realizada mediante uso atual da estrutura, com respectivas taxas de depreciação linear. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.11. Ativo Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou construção de intangível, os itens são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da amortização a partir de sua operação ou geração de fluxos de caixa futuros. Os valores das aquisições das licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

2.12. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2020 não há registros de *impairment*.

2.13. Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos

de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.15. Provisões

As provisões são registradas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

2.16. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente ao limite determinado na legislação do imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado.

Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia, de acordo com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a

determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

2.17. Demais passivos circulantes e não circulantes.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

2.18. Capital social.

As ações do capital social são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido apresentando os totais e segregando os totais de ações por classes.

2.19. Apurações do resultado.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme CPC 17 – Contratos de Construção, ou seja, todo gasto com

infraestrutura da concessão é contabilizado como custo de construção na demonstração do resultado do exercício e é apurado a receita de construção. As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, na proporção dos recebimentos com direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras, sendo capitalizadas as despesas financeiras nos montantes correspondentes ao ativo financeiro, permanecendo no resultado do período a despesa financeira correspondente ao ativo financeiro.

2.20. Normas novas que ainda não estão em vigor.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020:

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Data de vigência	Novas normas ou alterações	Descrição
1º de janeiro de 2021 (aplicação retrospectiva)	Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)	Estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, encerrando os endereçamentos da "Reforma da Taxa de Juros de Referência" com tratamento de mudanças nos fluxos de caixa, requisitos de contabilidade de hedge e divulgações.
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)	Esclarece que os custos diretos de cumprimento de um contrato incluem os custos incrementais e outros custos diretamente relacionados com o cumprimento dos contratos. Antes de reconhecer uma provisão separada para um contrato oneroso, a entidade deve reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável ocorrida nos ativos usados para o cumprimento do contrato.
1º de janeiro de 2022 (aplicação retrospectiva)	Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)	Proíbe uma entidade de deduzir do custo de um item do imobilizado quaisquer receitas recebidas pelas vendas de itens produzidos enquanto a entidade está preparando o ativo para o uso pretendido.
1º de janeiro de 2022 (aplicação prospectiva)	Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020	Refere-se às seguintes atualizações: IFRS 9 - taxas a serem consideradas no teste para desreconhecimento de passivos financeiros; IFRS 16 - alteração do exemplo ilustrativo 13; IFRS 1 – simplificação da aplicação da norma por uma subsidiária que se torne adotante de IFRS pela primeira vez após a sua controladora; e IAS 41 - fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo.
1º de janeiro de 2022 (aplicação prospectiva)	Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)	Atualiza a referência à Estrutura Conceitual e adiciona exceção para o reconhecimento de obrigações no âmbito do IAS 37 e IFRIC 21. As alterações também confirmam que os ativos contingentes não devem ser reconhecidos em uma combinação de negócios.
1º de janeiro de 2023 (aplicação retrospectiva)	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)	Esclarece que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existam na data do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos que ocorram após a data de relatório.
1º de janeiro de 2023 (aplicação retrospectiva)	IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro).	Emitido como substituto do IFRS 4 Seguros (CPC 11 - Contratos de Seguro). Estabelece requisitos de reconhecimento e divulgação que permita a avaliação dos efeitos que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção destas normas.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3.2. Instrumentos financeiros

Fatores de risco Financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração concentra-se na busca por instrumentos de gestão para minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas por seus acionistas.

Risco cambial

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em Reais.

A Companhia atualmente não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar norte-americano (US\$) e ao Euro (€). O risco cambial decorre basicamente de passivos para aquisição de imobilizado, líquidos dos efeitos de variação cambial e contas a receber de mercado externo.

Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e hedge. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide abaixo, análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros.

A Companhia tem passivos significativos em que incidem juros substancialmente atrelados a taxas prefixadas. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e arrendamentos mercantis financeiros de curto prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros com base na simulação de cenários, levando em

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

consideração, principalmente, mudanças das taxas praticadas. A simulação é feita quando há necessidade de um novo empréstimo ou arrendamento mercantil financeiro.

Análise de sensibilidade

Segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Apresentamos abaixo os dois cenários de deterioração na variável de risco (25% e 50%), respectivamente (cenários II e III):

<u>Ativos financeiros</u>	2020	Indicador	Provável	Efeito no resultado	
				25%	50%
Circulante	78.665				
Aplicações financeiras	78.665	CDI	1.495	1.868	2.242

<u>Passivos financeiros</u>	2020	Indicador	Provável	Efeito no resultado	
				25%	50%
Circulante	(1.041.508)		(19.789)	(24.736)	(29.683)
Debentures	(886.712)	CDI	(16.848)	(21.059)	(25.271)
Empréstimos	(154.796)	CDI	(2.941)	(3.676)	(4.412)
Não Circulante	(237.009)		(4.503)	(5.629)	(6.755)
Empréstimos	(237.009)	CDI	(4.503)	(5.629)	(6.755)

Total	(1.278.517)		(24.292)	(30.365)	(36.438)
--------------	--------------------	--	-----------------	-----------------	-----------------

Análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Referências	31/12/2020		
	Provável I	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Taxas CDI (%)	1,9%	2,4%	2,9%

Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de crédito:

O risco de crédito ao qual a Companhia está sujeita divide-se em dois grupos:

Crédito bancário

No que concerne ao risco de crédito bancário, com base nas sobras de caixa, a Administração determina os limites de crédito de aplicação para cada banco, mantendo aplicações somente nos bancos considerados pela Administração de primeira linha, nacionais ou estrangeiros.

Crédito a clientes

Em relação ao risco de clientes, a Companhia, por meio de controles internos, monitora permanentemente o nível das contas a receber, o que mitiga o risco de contas inadimplentes. Adicionalmente, antes da aceitação de cada cliente, é efetuada uma análise de risco, com base no relacionamento histórico e em seus demonstrativos financeiros.

Atualmente a companhia se encontra em fase de construção da infraestrutura pelo que não tem as receitas para ter saldos de clientes.

Risco de liquidez:

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração o estudo financeiro para execução da obra, bem como os planos de obtenção de recursos de terceiros para financiar parte da construção.

Os recursos financeiros da Concessionária Linha Universidade S.A são obtidos através de aporte de capital dos sócios, aporte do Poder Concedente, da captação de empréstimos bancários, e das receitas da prestação de serviços – contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente e receitas tarifárias – e receitas acessórias

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

de exploração da linha, sendo parte dos recursos destinados para o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados. O excesso de caixa mantido é investido em contas bancárias com incidência de juros e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar sua liquidação.

As taxas de juros (CDI) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período. (*)

<u>Passivos financeiros</u>	TOTAL	2020				
		2021	2022	2023	2024	2025
Debentures	886.712	886.712	-	-	-	-
Empréstimos	397.166	154.796	123.866	118.504	-	-
Obrigações contratuais	518.195	118.569	157.101	173.981	33.765	34.778
Partes relacionadas	55.712	55.712	-	-	-	-
Conta a receber de terceiros e outros	14.892	12.381	825	612	612	462
Total	1.872.677	1.228.170	281.792	293.097	34.377	35.240

(b) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

(c) Estimativa do valor justo: Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), são uma aproximação razoável dos seus valores justos e, assim, a administração entende não ser necessária divulgação adicional. Os saldos de

caixa e equivalentes de caixa e financiamentos estão contabilizados pelo custo amortizado e sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate e/ou liquidação antecipada. Desta forma, os saldos apresentados são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

(d) Instrumentos financeiros por categoria: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Ativos financeiros	Classificação	Valor Contábil
Circulante		78.670
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	78.670
Passivos financeiros	Classificação	Valor Contábil
Circulante		1.217.234
Debentures	Custo amortizado	886.712
Empréstimos	Custo amortizado	154.796
Obrigações contratuais	Custo amortizado	118.569
Partes relacionadas	Custo amortizado	57.157
Não circulante		636.635
Empréstimos	Custo amortizado	237.009
Obrigações contratuais	Custo amortizado	399.626
Total		1.853.869

Em 31 de dezembro de 2020 a entidade apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 1.146.424 mil.

A Concessionária possui junto ao Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da sua Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, o Contrato de Concessão Patrocinada No 015/2013 ("Contrato"), PPP da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo, que será executado em sua 1ª fase para fazer a construção de infraestrutura por meio de fontes de recursos dos acionistas, do poder concedente e também do mercado financeiro, buscando o equilíbrio entre o curto e longo prazo conforme o modelo financeiro da concessionária.

Durante a Fase 1 do Contrato a Concessionária terá como fontes de recursos:

- Empréstimo Ponte 1 (Debêntures emissão 1ª) : R\$ 1 bilhão – emitidas em outubro 2020, atualmente disponibilizadas totalmente, com vencimento outubro 2021
- Empréstimo Ponte 2 (Debêntures emissão 3ª): R\$ 450 milhões – emitidas em março 2021 e vencimentos 12 setembro 2021, conforme nota explicativa 19.
- Empréstimo Longo Prazo (BNDES): R\$ 7,5 bilhões – está sendo negociado para ser contratado com data de julho/2021;

- Capital Próprio Acionistas (Debêntures): R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 138 milhões já aportados em 2020;

- Aportes de Recursos pelo Poder Concedente: R\$ 5,9 bilhões – a serem aportados até 2025 conforme previsto no contrato de concessão.

3.3. Ativo Financeiro – concessão de serviços públicos.

O Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013, no âmbito da Concorrência Internacional nº 004/2013, Processo STM nº 000770/2012, celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária) regulamenta a implantação da linha e operacionalização de serviços públicos pela Companhia, onde:

Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão, a Administração entende que são atendidas todas as condições para a aplicação da interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão a qual fornece as orientações sobre o contabilização de concessões e de serviços públicos a operadores privados de forma a refletir o negócio de prestação de serviços de transporte de passageiros, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizado e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
2. A infraestrutura de construção será recuperada a traves do seguinte fluxo de caixa:
 - a. Por remuneração da contraprestação pecuniária e aporte de recursos pelo Poder Concedente

A Administração considera que os pagamentos pelos investimentos da construção assim a remuneração pecuniária como o aporte de recursos, assim como tendo em conta que o risco da demanda real está cotado, a Administração aplicara todo ao ativo financeiro, não recolhendo o ativo intangível na contabilidade da sociedade.

Em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos: CPC 47 – Receita de contratos com clientes e Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão, a Companhia, com base no seu contrato de concessão, atendeu a determinadas características para que os investimentos se qualifiquem para o reconhecimento no ativo financeiro, tais como ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Também queremos mencionar que o rango mínimo das receitas (60% da demanda projetada) antes de resgatar o contrato de concessão e suficientemente elevado para avaliar que a concessionaria não se enfrentara a possibilidade de risco de

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

demanda, mantendo um índice de rentabilidade aceitável superior a taxa de desconto fixa de Brasil.

A atualização do ativo financeiro envolve julgamento da Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da infraestrutura e; (ii) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício

4. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2020</u>
Bancos	5
Aplicações financeiras	<u>78.665</u>
	78.670

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata a taxa negociada que varia entre 60% e 65% da taxa CDI negociadas com instituição conhecidas e solidas no mercado.

5. Outros Ativos

a-) Seguros - O saldo descrito nesta nota refere-se ao prêmio de seguros da apólice contratada junto a companhia Tóquio Marine Seguradora, com vigente durante o ano 2020 para garantia de fiel cumprimento do contrato de concessão por exigência do contrato de concessão

b-) Impostos a recuperar – O valor de impostos a recuperar são provenientes da tributação dos resgates das aplicações financeiras.

	<u>2020</u>
Seguros a apropriar	2.009
IRRF sobre Aplicação Financeira	<u>93</u>
	2.102

6. Ativo financeiro

A concessionária adquiriu a operação da concessão da Linha 6 – Laranja do metro de São Paulo, a operação foi concretizada em julho de 2020, e envolveu acordo com a concessionário anterior (Move SP – 2013 a 2020), seus parceiros de consórcios, bancos financiadores que aportaram recursos para o projeto através de empréstimos, e os ativos do projeto.

	<u>2020</u>
Contrato de Cessão Move São Paulo	516.870

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Contrato Cessão Entidades Financeiras Credenciadas	309.308
Contrato Cessão BNDES	283.213
Contrato de Cessão Move São Paulo	88.000
Contrato de Cessão Distrato EPC	118.404
a-) Contratos de Cessão da Operação	1.315.795
b-) Atualização Financeira	61.892
Contrato de Construção - EPC	138.829
Contrato de Construção EPC - Ordem Avanço	309.753
c-) Contrato da Obra	448.582
d-) Contrato de Assessorias	103.208
Total	1.929.477

- a- Os registros referentes a compra da operação e assunção das dívidas existentes entre as empresas do consorcio Move e os bancos envolvidos nos financiamentos.
- b- O registro da atualização do ativo adquirido.
- c- Os registros da produção e certificação da obra.
- d- Contratação de assessorias para formulação dos acordos e para busca de opções de financiamento no Brasil e no exterior.

7. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Na determinação dos impostos de renda corrente e diferidos a companhia apresenta créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

A compensação dos prejuízos fiscais limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de

realização futura, e estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido reconhecido por prejuízos fiscais, enquanto os registros do passivo diferido estão relacionadas as diferenças temporárias e a expectativa de realização futura. O plano de negócio realizado pela companhia prevê prejuízos na fase de obra e da implantação das estações e dos sistemas, que serão compensados nos exercícios seguintes pela expectativa de geração de lucros tributáveis futuros advindos da fase de operação das estações e dos terminais prevista após os 5 anos de construção, quando a empresa passa a receber as receitas tarifárias demais receitas contratuais.

Apuração da IRPJ e CSLL – Base Permanente

31/12/2020

(=) Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social	16.587
(+) Adições	1.867.816
Custo de Construção	1.867.586
Provisões indedutíveis	230

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(-) Exclussões		(1.929.478)
Receita de Construção		(1.867.586)
Receita de Atualização do Ativo		(61.892)
(=) Base Tributável (Prejuízo fiscal e base negativa)		(45.075)
IRPJ	25%	11.268
CSLL	9%	4.057
Total – IR/CS Diferido ativo		15.325
Apuração da IRPJ e CSLL – Base Diferenças Temporárias		31/12/2020
(+) Adições		1.867.816
Custo de Construção		1.867.586
Provisões indedutíveis		230
(-) Exclussões		1.929.478
Receita de Construção		(1.867.586)
Receita de Atualização do Ativo		(61.892)
(=) Resultado fiscal apurado e base negativa após Comp. (Prejuízo fiscal e base negativa)		(61.662)
IRPJ	25%	(15.415)
CSLL	9%	(5.549)
Total – IR/CS Diferido Passivo		(20.965)
		31/12/2020
Ativos diferidos		15.325
Passivos diferidos		(20.965)
Total líquido – IR/CS Diferido passivo		(5.640)
Resultado – IR/CS diferido		(5.640)
Alíquota Efetiva %		34%

8. Empréstimos, obrigações do contrato de cessão e debentures.

A companhia passou por um longo período de negociação entre a Secretária Municipal de transportes (poder concedente) e a Move São Paulo para que através dessas tratativas culminasse no acordo entres todas as partes envolvidas na transição da concessão e da parceria público privada da antiga para concessionária (Move), para Concessionária Linha Universidade S.A.

O acordo foi firmado em 5 de outubro de 2020 pela Concessionária Linha Universidade S.A e envolveu as empresas do consorcio Move, o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e as Entidades Financeiras Credenciadas pelo BNDES ligadas a empréstimo concedido e também a Secretária do Metropolitana de Transportes (Poder Concedente).

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Foi firmado contrato de compra dos ativos da Move São Paulo e prevendo a transição administrativa para o custeamento de gastos da equipe causados pelos atrasos das negociações devido à crise do Covid-19 durante o ano 2020.

A Cessão de direitos firmada em 31 de dezembro de 2020 envolveu 4 pontos de principais indicados nos quadros a seguir.

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Debentures(d)	886.712	-
Empréstimos(b)	154.796	237.009
Contrato Cessão Move São Paulo(a)/(c)	118.569	399.626
Total	1.160.077	636.635

a) Refere-se a obrigações contratuais assumidas para compra da operação através dos Instrumento de Confissão e Assunção de Dívidas e Outras Avenças juntos as empresas que faziam parte do consorcio.

A Concessionária firmou acordo com a Move SP e as empresas do consórcio (a) no valor total de R\$ 516.870, sendo efetivado o pagamento da primeira parcela na assinatura do contrato no valor de R\$ 129.218 restando o valor acertado para pagamento em três parcelas anuais reajustadas com juros simples 3% a.a. Os valores acordados e os juros da operação totaliza R\$ 411.380 considerando os juros futuros conforme é demonstrada na movimentação do período:

	<u>Saldo em 01/01/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
Consortio Move SP		516.870	(129.218)	23.728	411.380

a) Consórcio.

Odebrecht Transport S.A. – OTP

Odebrecht Mobilidade – OM

Construtora Queiroz Galvão S.A. – CQG

Queiroz Galvao S.A. – QG

Ruainvest Participações S.A. - Ruainvest

Mitsui & Co., Lt – Mitsui

b) A concessionária firmou contratos em outubro de 2020 e assumiu os valores das dívidas de R\$ 592.521(BNDES R\$ 283.213 e demais entidades credencias R\$ 309.308). Referente as obrigações contratuais assumidas juntos as instituições financeiras para desvincular a Move e vincular a Concessionária ao projeto. Abaixo demonstramos a movimentação no ano de 2020:

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Taxa	Saldo em 01/01/2020	Captações	Amortização	Juros	Saldo em 31/12/2020
BNDES	CDI + 2,95% a.a.	-	283.213	(113.285)	2.355	172.283
Santander	CDI + 4,25% a.a.	-	104.512	(31.354)	1.017	74.175
BTG Pactual	CDI + 4,25% a.a.	-	90.349	(27.105)	880	64.124
Credit Agricole	CDI + 4,25% a.a.	-	69.757	(20.927)	679	49.509
Banco ABC	CDI + 4,25% a.a.	-	44.690	(13.407)	435	31.718
		-	592.521	- (206.078)	5.366	391.809

c) Obrigações assumidas junto a Move SP no valor de R\$ 88.000 e o acordo para o distrato do contrato EPC totalizando R\$ 118.404 prevendo pagamentos para os períodos de 2022 a 2025 com acréscimo de 3% a.a.

A Move São Paulo e as construtoras ligadas ao consorcio, deixaram de atender algumas obrigações e a antiga concessionária foi autuada pela STM - Secretária Metropolitana Transportes no valor de R\$ 80.000 sendo quitado na assinatura do contrato , além desse valor foi negociado o valor de R\$ 8.000 a pagar para a Move em 2025 sem juros. Abaixo segue a movimentação considerando os juros futuros :

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Amortização	Juros	Saldo em 31/12/2020
Move	-	88.000	(80.000)	-	8.000
Move Distrato EPC	-	118.404	-	13.055	131.459
	-	206.404	- 80.000	13.055	139.459

d) Contratação de Debentures

A Concessionária para financiar o projeto e as obrigações no curto prazo, recorreu a estratégia da emissão de Debentures, os valores da emissão totalizaram R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais) com vencimento para 2021.

Para a contratação foi utilizado a assessoria e intermediação das empresas contratadas o Banco BNP Paribas do Brasil S.A para emissão e a Simplific Pavarini Distribuidora de Valores e Títulos Mobiliários Ltda para distribuição. E emissão foi efetuada com sucesso e os valores previsto das três series seriam.

Durante o ano de 2020 foram recebidas duas series totalizando R\$ 880.000 e restando o valor da terceira serie meados de fevereiro de 2021. Abaixo demonstramos a movimentação do período.

	Saldo em 01/01/2020	Captações	Custo de captação	Amortização dos custos	Juros	Saldo em 31/12/2020
Debentures serie 1 e 2	-	880.000	(12.215)	12.215	6.712	886.712

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Taxas	2020
Debentures de Serie 1	1,35% a.s.	770.000
Debentures de Serie 2	1,50% a.t.	110.000
		880.000

Covenants

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de covenants. Os principais covenants da Companhia obrigam a:

- Pagamentos de dividendos limitados aos mínimos obrigatórios previsto na lei das S.A.s;
- Conceder ou amortizar qualquer empréstimo, mútuo ou pagamentos de qualquer natureza a quaisquer Afiliados.

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2020.

9. Partes relacionadas

A concessionária faz parte do Grupo Acciona, um conglomerado espanhol de promoção e gestão de infraestruturas atuando na áreas (construção, água, indústria e serviços) e as energias renováveis formado por mais várias empresas e considerada entre as três maiores construtoras da Espanha com sede em Madrid.

Durante a fase I do contrato o contrato EPC foi celebrado e a concessionária contratou a construtora Acciona Construcción responsável pelas obras.

EPC - o principal que trata da construção do tuneis, terminais e estações do metrô; e Services Agreement - importante contrato com a "Acciona Concesiones S.A" referente a contratação dos profissionais da área de engenharia e financeira expatriados da Espanha remunerados a partir de acordo firmados entre as duas companhias.

	Passivo		Resultado
	Provisões	Fornecedores	Serviços contratados
Acciona Construcción S.A (i)	48.495	722	2.414
Acciona Concesiones S.A (ii)	7.217	722	2.280
	55.712	1.444	4.694

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

i-) Acciona Construcción construtora sucursal no Brasil, os valores registrados nas contas de ativo e passivo referem-se a fase I construção do projeto de implantação dos terminais e estações do metrô previstos no contrato da obra – EPC e os serviços contratados.

ii-) Acciona Concesiones empresa espanhola responsável por projetos de concessão de transportes, água e energia em vários países, os valores registrados nas contas de ativo e passivo referem-se as assessorias que atuaram na parte legal e financeira e no resultado refere-se a contratação de profissionais exercer atividades de gerenciamento dos projetos de engenharia, do planejamento administrativo e financeiro.

A remuneração da diretoria corresponde a 3 meses de atividade da empresa em 2020 e não apresenta materialidade.

10. Obrigações fiscais e tributárias

Reflexos das operações de remessas para pagamentos das assessorias contratadas no exterior a concessionária apresenta saldos de impostos incidentes na operação.

	<u>2.020</u>
Cide	2.960
CSRF	2.000
ISS	1.479
Outros impostos	<u>970</u>
	7.409

11. Fornecedores

O saldo a pagar para os fornecedores representa compras de materiais e serviços, administrativos e para implantação da fase I da obra da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo, e totalizam o valor de R\$ 2.836.

12. Outros valores a pagar

	<u>2020</u>
Circulante	
Arrendamento - equipamentos	90
Arrendamento - imóveis	549
Obrigações sociais	<u>408</u>
	1.047

Não Circulante

Arrendamento - equipamentos	243
Arrendamento - imóveis	2.268
	2.511

13. Patrimônio líquido

A Concessionária foi constituída em 22 de novembro de 2019 com a razão social de Linha Universidade Participações, com o capital social subscrito no valor de R\$ 1.000 representado por 1.000 ações de valor nominal e tendo como objeto social atuar como Holding de instituições não financeiras.

Em reunião datada de 21 de maio de 2020 os acionistas se reuniram em sua totalidade para deliberar sobre alterações necessárias para ajusta a companhia ao escopo da do projeto da Linha 6 – Laranja do Metro de São Paulo.

- Alteração da denominação social, do objeto social e aumento de capital;
- Alteração dos membros da diretoria executiva e as tratativas vigentes sobre o acordo de cessão da Move (nota explicativa n.9).

Em consonância com o determinado em reunião a companhia passou a denominar-se Concessionaria Linha Universidade S.A, o objeto social passou a ser exclusivamente a Prestação de serviços de transportes metropolitanos e o capital subscrito que era de R\$ 1, passou a ter nova subscrição com o aumento no valor de R\$ 519.000, totalizando a partir da alteração o valor de R\$ 520.000.

Durante o ano de 2020 os sócios realizaram aportes de capital no valor total de R\$ 138.450.

Competência dos aportes	R\$ / Ações
Janeiro/2020	1
Julho/2020	63.499
Outubro/2020	74.950
	138.450

Em 22 de dezembro de 2020 através de reunião da assembleia geral extraordinária, a companhia aprovou a conversão das ações em Preferenciais de Classe A e de Classe B, a criação do conselho Administrativo e eleição de seus membros.

Em reunião datada de 30/12/2020 os membros da direção da companhia deliberaram sobre a criação e regulamentação dos órgãos permanentes, compostos pelo conselho administrativo, conselho fiscais e a diretoria.

Os sócios da concessionária baseados na projeto financeiro, resolveram negociar parte das ações emitidas, trazendo para sua estrutura de capital social a empresa Stoa Metro Brasil, que passou a participar através da transferência de ações da Acciona Concesiones e sua participação representa em valores e percentuais conforme apresentados no quadro abaixo, que traz a nova composição e segregação por classe distintas.

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Ações Preferenciais Classe A	Partic (%)	Ações Ordinárias Subscritas	Ações Ordinárias Integralizadas	Ações à Integralizar
Acciona Construcción	48%	127.200	66.456	60.744
Acciona Concesiones	35%	91.796	47.959	43.837
Linha Universidade Particip.	5%	13.250	6.923	6.327
STOA Metro Brazil	12%	32.754	17.112	15.642
Total	100,00%	265.000	138.450	126.550

Ações Preferenciais Classe B	Partic (%)	Ações Preferenciais Classe A - Subscritas	Ações Preferenciais Classe A - Integralizadas	Ações à Integralizar
Acciona Construcción	48%	122.400	-	122.400
Acciona Concesiones	35%	88.332	-	88.332
Linha Universidade Particip.	5%	12.750	-	12.750
STOA Metro Brazil	12%	31.518	-	31.518
Total	100,00%	255.000	-	255.000

Capital Consolidado		520.000	138.450	381.550
----------------------------	--	----------------	----------------	----------------

b) **Destinação do resultado:** Existe a previsão contratual de destinação de parte dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos:

(i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social;

(ii) conforme estabelecido no estatuto social da empresa a importância para o pagamento do dividendo obrigatório será de, no mínimo, 5% do lucro líquido ajustado.

Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria.

Acionistas	Participação (%)	R\$ - Dividendos
Acciona Construcción	48%	255
Acciona Concesiones	35%	186
Linha Universidade Particip.	5%	27
STOA Metro Brazil	12%	64
	100%	531

d-) **Acordo de acionistas:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver eventuais controvérsias entre eles por meio de arbitragem em Tribunal Arbitral a ser constituído na Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (“Câmara”).

e) Resultado por Ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos detentores de ações disponíveis da Concessionária, pela quantidade média ponderada de ações integralizadas do período.

	2.020	2.019
Lucro por Ação	11.177	-
Média Ponderada de ações	78.478	-
Resultado básico e diluído por ação R\$	0,14242	-

14. Receitas e Custos de construção

A companhia registra na contabilidade as receitas em contrapartida do registro do ativo financeiro e os custos em contrapartida dos fornecedores contratados, resultante das operações da fase I do contrato de concessão. O ativo financeiro está recebendo atualizações devido a expectativa de recebimento de fluxos de caixa futuros deve ingressar pela operação dos terminais e estações.

A companhia encontra-se na Fase I do contrato de concessão e nesta fase não há a previsão de recebimento das receitas tarifárias e demais receitas da exploração de espaços e de locação das estações e por isso a origem dos recursos são por aportes do poder concedente e dos sócios.

Receitas	2020
Receita Ativo Financeiro Cessão	1.315.795
Receita de Construção EPC	448.583
Receita Ativo Financeiro Assessorias Especializadas	103.208
Receita Atualização Ativo Financeiro	44.487
Receita Ativo Financeiro custos	17.405
	1.929.478

Custos	2020
Custo Ativo Financeiro Cessão	(1.315.795)
Custo de Construção	(448.583)
Custo Ativo Financeiro Assessorias Especializadas	(103.208)
Custos de Seguros (a)	3.905
	(1.871.491)

- a) O contrato de concessão prevê a necessidade de contratação de apólices de seguros para garantir a cobertura e mitigar os possíveis riscos associados a obras, riscos das operações e riscos de não cumprimento das obrigações contratuais.

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Foi contratado junto a Tokio Marine Seguradora apólice de seguros nº 061902020881107750014798, com vigência de 04/05/2020 a 11/09/2021 para dar garantia ao poder concedente e mitigar riscos financeiros. Apólice renovada anualmente em cumprimento ao contrato de concessão.

15. Serviços contratados

Foi registrado em contas de serviços contratados do grupo os valores referentes aos profissionais advindos da Espanha das áreas de engenharia e financeira, contratados através de acordo entre as partes envolvidas Brasil e Espanha através do “Services Agreement”.

	2020
Serviços de Assessorias	(2.028)
Serviços do Operador sistema Metro	1.865
Despesas Administrativa	(1.671)
Serviços de Certificadora	(677)
Outros serviços	(367)
	(6.609)

16. Resultado financeiro líquido

	2020
Rendimento de Aplicação Financeira (a)	493
Descontos Obtidos (a)	4
Receitas financeiras	497
Tarifa de Serviços Bancários	(2)
Juros sobre valor empréstimos CCBS (b)	(3.011)
Juros sobre valor empréstimos- Cessão (b)	(3.874)
Juros sobre valor empréstimos BNDES (b)	(2.355)
Juros sobre valor empréstimos -Debentures (b)	(18.928)
	(28.170)
Despesas financeiras	
Resultado Financeiro líquido	(27.673)

a) Operação com aplicação financeiras

b) Operação com Contrato de Cessão e empréstimo ponte

As obrigações assumidas estão sujeitas a diferentes taxas de juros incidentes sobre cada operação e estão descritas na nota explicativa n.9.

17. Desapropriações

A Concessionária será responsável pelas comunicações e acompanhamento dos processos de Desapropriações de imóveis previstos Decreto Estadual no 58.025 de maio de 2012.

Artigo 1º a lista dos imóveis alcançados pela desapropriação, descritos nos autos do processo STM-107/2012, necessários para a implantação da Linha 6 – Laranja da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

Artigo 2º - Fica a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ autorizada a invocar o caráter de urgência nos processos judiciais de desapropriação.

Artigo 3º - As despesas com a execução do presente decreto correrão a cargo da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

Dessa forma os valores das indenizações são de responsabilidade do Poder Concedente que possui conta bancária específica onde são aportados os valores e indenizados os donos de imóveis, sendo que a Concessionária não controla esta conta e tem somente acesso a consulta.

Prevê ainda a cláusula 37ª do contrato de concessão que se a concessionária, verificar a necessidade de utilização de áreas não contempladas pelo Decreto Estadual e que sejam necessárias à implantação do futuro Terminal de ônibus da Vila Cardoso, bem como à implantação integral da Linha 6, deverá a CONCESSIONARIA apresentar ao PODER CONCEDENTE os documentos previstos para imóveis que devam ser desapropriados.

A companhia através dos seus assessores jurídicos identificou processos em nome da Move São Paulo, referentes a Desapropriação de imóveis, apresentando histórico de mudando de nome da Move para Linha Uni, porém o contrato de concessão e conjunto com o Decreto Estadual 58.025/2012 prevê quais são as responsabilidades financeiras e o alcance dos processos de desapropriação dos imóveis e a responsabilização do Poder Concedente.

Foram identificadas 216 ações referente a processos de IPTU dos imóveis desapropriados, para as quais não é esperado desembolso financeiro pela companhia, portanto, em 31 de dezembro de 2020, não há saldos provisionados ou divulgados relacionados as contingências envolvendo a companhia.

18. Cobertura de apólices de seguros

A companhia contrata coberturas de seguros para mitigar possíveis riscos para os quais possa estar exposta.

O contrato de concessão prevê a contratação de seguros para garantir de riscos financeiros do poder concedente, e contratou a apólice nº 50014798 para mitigar os

CONCESSIONARIA LINHA UNIVERSIDADE S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

riscos. Através da apólice nº 2500446 a empresa contrata coberturas para mitigar riscos associados ao escritório prédio e ao conteúdo.

Companhia contratada	Registro da apólice	Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Tokio Marine S.A. 50% - Pottencial Seguradoras S.A - 50%	Nº 0619020208811077 50014798 - ENDOSSO Nº 0000000	Riscos Financeiros	R\$ 649.129.506,93	04/05/2020 a 11/09/2021
Tokio Marine S.A.	Nº 2500446	Compreensivo Empresarial	R\$ 3.800.000,00	15/12/2020 a 15/12/2021

19. Eventos subsequentes

Emissão de debentures

- A emissão das três series de debentures, foi dividida em tranches de liberação, e no mês de fevereiro de 2021 obtivemos R\$ 120.000 para compor o fluxo de caixa da empresa. Esta entrada completa o ciclo da emissão das debentures da emissão de debentures citadas na Nota explicativa 8 e tem o vencimento esperado para outubro de 2021.

Principais Impactos Covid-19

- A pandemia de covid-19 afetou todo o mundo e teve impacto nas tratativas para o fechamento do acordo antes previsto para maio/2020 e que ocorreu somente em meados de outubro de 2020, e refletiu na atividades iniciais de contratações e montagem das equipes, também foi necessário ajustar-se as medidas de distanciamento social, uso de mascaras, álcool gel, medição das temperaturas corporais para garantir a segurança e bem estar das equipes em trabalhos presenciais. Não são previstos grandes impactos na fase I de implantação uma vez que a empresa está adaptada e a equipe de QSMS está acompanhando e monitorando os trabalhadores.

Nomeação – Novo diretor Presidente

A Concessionária buscando fortalecer seu quadro de profissionais contratados incorporou a empresa o novo Diretor Presidente a partir de fevereiro de 2021.